

CPI deve pedir 21 cassações

RELATOR NÃO DECIDIU QUE PROCEDIMENTO TOMAR EM RELAÇÃO AOS QUE SÃO SUSPEITOS, MAS AINDA NÃO TIVERAM CULPA COMPROVADA.

A CPI do Orçamento deve sugerir a cassação de 21 parlamentares, entre os quais os deputados João Alves (sem partido-BA), Genivaldo Correia (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo (PMDB-MG). Este foi um dos resultados da reunião entre o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI, e os coordenadores das subcomissões, que devem entregar seus relatórios parciais no dia 21. Magalhães terá até o dia 24 para completar o relatório final.

O relator e os coordenadores estão preocupados com o caminho jurídico que deve ser tomado para enquadrar alguns dos envolvidos, para os quais a investigação não chegou ao final, mas já levantou indícios de participação nas irregularidades. Segundo Magalhães, há uma categoria que ainda não pode ser definida nem como culpada nem como inocente.

Uma das idéias é encaminhar os resultados parciais das investigações para a Mesa do Congresso, que se encarregaria de decidir o que será feito. "O que não pode ocorrer é que se deixe de lado, como se fossem inocentes, casos em que há indícios de culpabilidade", disse o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da Subcomissão de Emendas.

O relator informou que nesta

análise sobre os parlamentares serão considerados seu poder político na Comissão de Orçamento, comportamento ético e ação na área burocrática, para a inclusão de emendas e liberação de verbas. Magalhães afirmou que a parte principal de seu relatório vai se prender mais à questão da reestruturação do processo orçamentário, tanto no Legislativo, quanto no Executivo. "É necessário mudar toda a estrutura".

Todos os parlamentares implicados em irregularidades que não tiverem como justificar o patrimônio e a movimentação bancária, serão apontados no relatório final. Eles serão acusados de pelo menos quatro crimes, além de atentado ao decoro, o que pode lhes custar a perda do mandato. "Os que aparecem com muita insistência nas investigações das subcomissões estão em situação difícil", disse o coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA).

Os nomes dos parlamentares serão enviados à Procuradoria Geral da República, com a sugestão de abertura de ação penal e de bloqueio dos bens. Os que não forem deputados e senadores serão processados pela Justiça Federal de primeira instância. Um documento irá para as Mesas da Câmara e do Senado para a ação de perda do mandato, que tem início nas comissões de Constituição e de Justiça das duas Casas.



Roberto Magalhães tem até o dia 24 para completar o relatório final

Sérgio Amaral/AE